



IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRÁTICA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM UMA INSTITUIÇÃO PAULISTANA

Gislayne Carla Ferro¹

Isaneide Domingues²

Valéria Cordeiro Fernandes Belletati³

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil na rede municipal de ensino de São Paulo tem uma história de 85 anos. Inaugurada com os parques infantis, tendo o poeta Mário de Andrade como um dos seus idealizadores, a gênese da educação infantil na cidade de São Paulo foi marcada por “[...] uma concepção de criança competente e capaz, sujeito de direitos, criadora e consumidora da cultura e não apenas um aluno[...]” (FARIA, 1999, p.62).

A garantia do direito à infância das crianças pequenas, de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, se concretiza por meio de políticas comprometidas com seu acesso e permanência em instituições educacionais com alto nível de qualidade. Essas políticas devem possibilitar condições adequadas para o exercício de uma gestão democrática e participativa (BRASIL, 1988).

Neste artigo discutimos o relato de experiências de uma das autoras deste texto, que atualmente é coordenadora pedagógica numa escola de educação infantil, na Zona Leste do município de São Paulo. Com 35 anos na carreira do magistério, sendo 23 destes na coordenação, dos quais 16 anos nessa mesma escola de educação infantil, ressaltamos do relato, a gestão compartilhada como significativa para o trabalho pedagógico.

A escola atende 258 crianças na faixa etária de 4 a 5 anos e 11 meses,

¹ Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino São Paulo, SP. E-mail: gislaynedecarla@gmail.com.

² Doutora em Educação, Pesquisadora do GEPEFE-FEUSP, SP. E-mail: isandomin@gmail.com.

³ Doutora em Educação, pesquisadora do GEPEFE-FEUSP, SP. E-mail: valerabelletati@gmail.com.



no presente ano de 2020. São crianças de famílias com nível socioeconômico precário e de muita vulnerabilidade social, majoritariamente constituídas por mães e filhos. Suas casas, na maioria, estão em terrenos invadidos, sem atendimento de esgoto e água encanada e com “gatos” na energia elétrica. Têm pouca possibilidade de acesso à cultura no bairro.

Algumas políticas públicas de educação da rede municipal de São Paulo, ainda que sofram pelas interpretações de governos mais e menos democráticos, têm contribuído para o desenvolvimento em suas instituições escolares de uma gestão democrática e participativa. Por outro lado, constatam-se, também, políticas cerceadoras da autonomia da escola, que expressam a concepção de escola como terreno colonizado.

Com foco nas situações de gestão democrática na análise e reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e na formação em serviço, apresentamos as possibilidades oferecidas e a superação de alguns dos entraves na construção da necessária autonomia, ainda que relativa, da escola.

GESTÃO COMPARTILHADA: CONTRIBUTOS E ENTRAVES DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS PAULISTANAS ATUAIS

A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), que ora focalizamos, possui uma equipe gestora completa, conta com o diretor de escola, um assistente de diretor e uma coordenadora pedagógica. Os cargos de diretores e coordenadores pedagógicos, nas escolas municipais paulistanas, são providos mediante concurso por acesso, exigindo-se a formação em cursos de Pedagogia e experiência mínima de três anos na docência no ensino municipal da rede. Esses requisitos têm favorecido, nesta EMEI, um projeto integrado das ações da direção, coordenação e docência, expresso nas discussões e decisões coletivas na organização do seu PPP.

Dessa forma, na necessária (re)construção do PPP cabem sonhos, ainda que dificultados por minuciosas orientações, conforme os 19 incisos do artigo



2º da Instrução Normativa nº 22 (SÃO PAULO, 2018) e demais artigos, além de outras orientações oficiais para sua construção.

Esses sonhos são identificados a partir de uma postura democrática que entende a necessidade de ouvir para decidir o que deve ser feito. Essa escuta é propiciada pelos encontros garantidos legalmente na escola e se enriquece quando se dá atenção devida aos pareceres dos pais, também parte das políticas municipais paulistanas, e quando se vai além, como no caso deste relato em que se pergunta aos pais, no início do ano, o que ele espera da unidade escolar e ao final: qual sua crítica e o que podemos fazer para melhorarmos nosso trabalho?

Destacamos, dentre as políticas que entendemos favorecer o diálogo imprescindível à gestão partilhada: os requisitos de formação e experiência para os gestores, a destinação de 15 das 40 horas semanais do professor para atividades coletivas e individuais e a garantia de no mínimo seis reuniões anuais (SÃO PAULO, 2019).

Dessas reuniões, duas contam com toda a comunidade escolar, para organização interna e planejamento das atividades, o que inclui a discussão sobre o PPP. Na unidade em questão, a voz de todos é priorizada, assim, na avaliação institucional, os temas dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016) são discutidos em grupos, com a finalidade de trazer possibilidades de mudanças no PPP. As outras quatro reuniões, ainda que sejam quantitativamente insuficientes e que não se garanta a participação de todos os trabalhadores da unidade, possibilitam a busca por melhoria da instituição e contam com efetiva participação da direção, favorecendo um diálogo contínuo, na contramão da mera informação que busca alinhar o trabalho pedagógico às políticas do atual governo.

A título de exemplo da efetiva participação de todos na construção de soluções, descrevemos, a seguir duas situações que resultaram em mudanças na rotina da escola e na percepção de sua função e, portanto, no seu PPP.



Após discussões sobre o tema alimentação, um dos indicadores de qualidade, os pais apontaram a necessidade de uma forma para saber quem comeu e se comeu muito ou pouco.

Nas reuniões realizadas pela coordenadora discutem-se situações-problemas, nas quais todos opinam, inclusive as equipes terceirizadas da cozinha e limpeza, pois precisam construir um novo fazer a partir de uma demanda identificada. Sobre a alimentação, concluiu-se pela necessidade de um olhar para quem acompanha o almoço. Quando se observa que a criança não come ou come só um alimento, a professora é avisada, esta faz um registro e anota na agenda da criança. Além disso, o almoço passou a ser servido entre 11h10 e 12h15, dando às crianças, neste intervalo, a oportunidade de decidir sobre o melhor momento para fazer sua refeição, e, ainda, sobre o que comeram, num sistema *self service*. A ação é chamada de “juntos e misturados”.

O segundo fato refere-se à formação dos professores. Os temas para a formação nessa escola são definidos pelos professores a partir das fragilidades identificadas no projeto educativo em ação. Um dos aspectos que foi identificado como frágil, em 2014, se referiu às brincadeiras. Nos momentos de formação, foram buscadas alternativas para ampliar os espaços do brincar, com a ideia de que não havia necessidade de as crianças fazerem as mesmas coisas ao mesmo tempo, promovendo o direito de meninos e meninas à escolha das brincadeiras na construção da sua autonomia. Nesta perspectiva, criou-se o projeto “quintais”, que ocorre até hoje nos espaços externos no período intermediário.

Essas construções constituem-se em fortes marcos de uma gestão compartilhada, pois as variadas vozes foram ouvidas. Muitos encontros foram realizados para se chegar ao consenso de que a escola precisa ter o foco na criança, passando-se a respeitar o tempo de cada uma e suas escolhas, na busca pela formação de sujeitos emancipados.

Na contramão da consecução da gestão democrática, o documento “Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana” (SÃO PAULO,



2016), por exemplo, determina como os professores e as professoras e a equipe gestora devem realizar seu trabalho no sentido de alinharem-se às políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho pedagógico desenvolvido no sentido de compartilhar as decisões e responsabilidades, pode ser favorecido por políticas públicas que contribuam para o diálogo na escola, visando a construção de uma educação infantil que objetive formar os meninos e as meninas como sujeitos de direitos e produtores de cultura. Porém, não é finalidade de um currículo educacional imposto, mas sim construído sob orientações que não descartam a cultura local, as experiências docentes e a história da unidade de educação infantil.

Sem dúvida, estamos diante de uma dicotomia entre políticas públicas transvestidas de democráticas, por vezes, garantindo tempo e espaços de discussões coletivas, mas restringindo o currículo de tal forma e, tão apertado, que pode sufocar as iniciativas criativas de cada escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

FARIA, A. L. G. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, Dezembro/99.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. – São Paulo: SME / DOT, 2016.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa SME nº 22**, de 11 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a organização das unidades de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Fundamental e Médio e dos Centros Educacionais Unificados da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2019, e dá outras providências, São Paulo: SME/DOT, 2018.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa SME nº 38**,



de 22 de novembro de 2019. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do CALENDÁRIO DE ATIVIDADES – 2020 nas Unidades de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Fundamental e Médio, de Educação de Jovens e Adultos e das Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos da Rede Municipal de Ensino, São Paulo: SME/DOT, 2019.